

Totalmente revisado em 22.06

CAPÍTULO 8

O governo limpa a ficha no Cadin e no Bird. Banco Mundial empresta U\$S 1,1 bilhão para Yeda. Nunca houve nada igual para um ente federado da América Latina.

Houve um momento, setembro de 2007, primeiro ano do segundo mandato do Presidente Lula e primeiro ano do mandato da Governadora Yeda Crusius, durante o penoso processo de negociação do empréstimo de US\$ 1,1 bilhão junto ao Banco Mundial em que tudo parecia perdido

Foi quando saiu Tarcisio Godoy da Secretaria do Tesouro Nacional, entrando em seu lugar o petista gaúcho Arno Augustin, homem ligadíssimo aos interesses do PT do Rio Grande do Sul, que fez de tudo para evitar o empréstimo. Isto é o que será revelado a seguir.

O empréstimo seria o maior de toda a história do Bird para uma só unidade federativa de qualquer parte do mundo e até sair foi o único recurso disponibilizado a um governo estadual para repactuar sua dívida com a União. Apenas com a troca dos juros, o governo gaúcho ganhou R\$ 175 milhões em dinheiro vivo no primeiro ano, sem contar o aumento do prazo da dívida.

O custo do desequilíbrio fiscal do Governo do Estado, ao longo de 40 anos, apenas por conta da dívida acumulada, chegaram a R\$ 2,4 bilhões do Tesouro do Estado em 2007, 15% de toda a receita corrente líquida de um ano como aquele, contra apenas R\$ 11 milhões realizados de investimentos com recursos livres do Tesouro. Se não fizesse nada, Yeda Crusius administraria um verdadeiro caos financeiro já no seu primeiro ano. O Governo anterior sequer tinha conseguido pagar com recursos próprios o 13º salário do funcionalismo.

O próprio Bird deixou claro na ocasião que também se tratou do maior contrato da história do Banco Mundial num só projeto para um ente federativo de qualquer País da América Latina. Seus Diretores e técnicos negociaram não somente os termos de uma operação financeira invulgar, como partiram para o estabelecimento de condições de interesse mútuo muito mais abrangentes. É que o Governo deixou claro que o dinheiro estava vinculado a um programa de mudanças estruturais da administração pública estadual, destinado a recuperar a capacidade de alavancar recursos para aplicações na melhoria da gestão pública e em investimentos na economia, visando implementar um período longo de crescimento sustentável. O Governo estava disposto a mexer em pontos como a meritocracia, a transparência e os sistemas de aposentadoria.

Foi um empréstimo de características inovadoras.

Desde 1998, quando os Governadores passaram para a União suas dívidas públicas, aderindo ao Proer, o programa de reestruturação dos bancos criado pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, consolidando todos os valores num só empréstimo, nem um só político da chamada esquerda (PT, PDT, PCdoB, PSOL e PSTU) deixou de levantar a bandeira da auditoria e da suspensão dos pagamentos, sob o argumento de que os altos juros cobrados são ilegítimos – e portanto, apenas com o pagamento do serviço, o valor principal já foi pago há muito tempo.

A eclosão das crises econômicas globais seguintes, especialmente a de 2008 nos Estados Unidos, encontrou um sistema financeiro privado e estatal saudável e forte no Brasil, graças ao Proer, que a partir daí passou a ser exemplo para todo o mundo.

Dentro da teoria gaúcha da vitimologia, nada melhor do que passar por coitadinho – um ente sempre perseguido pelo governo central cruel e desumano, disposto a impor derramas sobre o Estado.

A verdade é que o RS não fazia a sua parte no ajuste fiscal brasileiro e transferia essa conta para a União, utilizando o argumento simplista de que resolvida a questão da dívida, o Estado não precisaria fazer mais nada para colocar suas contas em dia.

Os gaúchos foram submetidos a uma lavagem cerebral política, sempre submetida ao mote de que “a dívida era culpa da União”. Nem mesmo os políticos mais esclarecidos tentaram esclarecer que a dívida foi contraída por sucessivos déficits do Estado. Ao agrupar todas as dívidas, reuni-las num só pacote e passá-las para a União, os Estados livraram-se dos juros de mercado e do imenso esforço de rolá-la todos os dias, inclusive comprometendo a saúde do próprio Banrisul, obtendo em troca prazos certos para pagamento das prestações e juros muito mais baixos, no caso a soma da variação do IGP-DI e mais 6% ao ano.

São argumentos irresponsáveis, mas nem por isto a oposição deixou de brandi-los, já que o eleitorado nem sempre consegue distinguir o que ocorre de verdadeiro por trás da retórica demagógica que permeia o discurso rasteiro das esquerdas vesgas.

Assim que venceu as eleições, a Governadora Yeda Crusius passou a trabalhar em cima de várias linhas de ações para melhorar as condições de pagamento da enorme dívida pública de R\$ 31 bilhões. A ideia do ajuste fiscal, o Déficit Zero, já existia, mas ainda não havia uma proposta fechada sobre a questão da dívida.

Antes de iniciar qualquer combate, o novo governo promoveu uma pequena reforma administrativa nas Secretarias do Planejamento e da Fazenda, visando dois objetivos:

1) Unificar o comando das ações no quesito ajuste fiscal.

2) Uniformizar o discurso sobre as decisões de governo nas áreas financeira e fiscal. A nova Junta de Coordenação Financeira, a Juncof, reunindo todos os atores do Governo do Estado, foi responsável pela administração das finanças diárias e o cumprimento do orçamento. Tudo passou pela Juncof, até mesmo o disparo de concursos, as contratações emergenciais e os projetos-de-lei.

Assim redesenhado o governo estadual ficou em condições de propor o empréstimo ao Banco Mundial, oferecendo em troca seu próprio esforço de ajuste fiscal. Houve perfeito casamento. Isto interessava ao Bird, mas muito mais ao novo governo, que também buscava apoio externo para buscar o Déficit Zero.

Os primeiros contatos com o Banco Mundial ocorreram em janeiro de 2007, o mesmo mês da posse. A história entre o Bird e o Governo do Rio Grande do Sul não era boa. Nos primeiros três meses, o Bird nem quis saber de conversa em razão da má situação financeira do Estado. O banco recebeu e examinou o Livro Azul montado antes mesmo da eleição de Yeda Crusius, conversou com o Secretário Aod Cunha, mas só acreditou nas promessas de estabilização das finanças públicas estaduais depois que seus técnicos passaram a acompanhar o dia-a-dia fiscal registrado pelo Tesouro do Estado.

No comando da Secretaria do Tesouro Nacional, Tarcisio Godoy vinha ajudando o processo de tomada do empréstimo do governo gaúcho junto ao Banco Mundial, mas sempre foi duro na posição de exigir que o governo gaúcho limpasse seu cadastro, sujo por anos e anos a fio de irresponsabilidade fiscal.

A Secretaria do Tesouro exigiu que o Piratini cumprisse as seis metas do chamado Programa de Ajustamento Fiscal, o PAF, a pouco conhecida Lei 9.496, editada em 1997, que surgiu junto com o Proer, este promulgado em 1995. Aliás, o Proer vigorou apenas até 2001, quando o Presidente FHC arredondou legalmente todo o elenco de providências destinadas a garantir a responsabilidade fiscal dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ao assinar a Lei de Responsabilidade Fiscal em 2001.

O PAF foi criado em 1997, no Governo FHC, para obrigar os Estados a manter suas contas em dia. Embora fora do Governo, no Parlamento, Yeda Crusius acompanhou de perto o que estava acontecendo no Governo que apoiava, até porque muita coisa passou pelas suas mãos na Câmara dos Deputados. Foi assim com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a renegociação das dívidas dos Estados e o PAF. O Rio Grande do Sul sistematicamente não cumpria com o PAF e foi por isto que o governo Germano Rigotto não conseguiu levar adiante seus pleitos de aval federal para empréstimos no exterior.

Nos primeiros dias do seu governo, Yeda Crusius sentou com o Ministro Guido Mantega, numa reunião sem ruídos em Brasília, justamente para conseguir sinal verde para buscar dinheiro do Bird e trocá-lo por parte da dívida do Governo do Estado junto a União. Ela precisava do aval federal, mas sabia que teria que cumprir as exigências do PAF. O Ministro Guido Mantega deixou isto bem claro, mas admitiu dar o sinal amarelo para o início das negociações.

- Mas o aval só sai se vocês cumprirem até lá as exigências do Tesouro.

O Banco Mundial, que inicialmente só queria emprestar US\$ 400 milhões, concordou em elevar o valor para US\$ 1,1 bilhão. Por que R\$ 400 milhões? Porque foi o valor proposto pelo governo anterior de Germano Rigotto, que queria usar o dinheiro para ir pagando as prestações da dívida com a União e usar o valor poupado para investir em estradas. Não se tratava de repactuação de parte da dívida. Seria uma espécie de empréstimo triangular. O pedido não foi adiante porque o Governo do Estado não conseguiu limpar seu cadastro no PAF. O novo Governo quis ir mais longe porque desde o início sua idéia era usar o dinheiro

novo mais barato para trocar parte da dívida pública mais cara, reduzindo os valores das prestações e alongando até mesmo os prazos de saldo.

Desde o início, as duas partes também não sabiam exatamente de que modo o dinheiro do Banco Mundial entraria no Brasil, porque Yeda Crusius desejava evitar custos de passagem de um ente público para outro. O desenho final acabou definindo que todo o valor acordado sairia diretamente das contas de Washington para as contas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Acontece que no meio do caminho, meados de 2007, o caldo azedou em Porto Alegre, porque o Governo Lula tinha decidido trocar Tarcísio Godoy por Arno Augustin na chefia da secretaria do Tesouro Nacional. A troca de Godoy por Augustin foi interpretada como sinal vermelho para o negócio.

Na Secretaria da Fazenda, o então Secretário Aod Cunha recebeu o aviso:

- Senta aí na cadeira, porque o Arno é agora o Secretário do Tesouro.

Não deu outra coisa.

Tarcísio Godoy tinha saído da posição, porque o Governo queria que ele fosse para a presidência da Fundação de Previdência do Banco do Brasil, a Previ, a maior do gênero no Brasil.

Arno Augustin, militante ativo do PT, membro da sua ala mais xiita, a DS, ex-Secretário da Fazenda do Governo Olívio Dutra, não se fez de rogado e tentou atrapalhar a operação de aval o quanto pode. O nível de exigências da Secretaria do Tesouro Nacional cresceu geometricamente. A cada documento entregue novos eram exigidos. Uma das quedas de braço mais corrosivas ocorreu no final de abril de 2007, quando Arno Augustin avisou ao Piratini que não chancelaria o empréstimo, caso o Governo do Estado não cumprisse a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre o comprometimento da receita corrente líquida em relação aos gastos de pessoal, que segundo ele estavam em 62,7% e não dentro dos 60% exigidos. Yeda Crusius teve que recorrer ao STF para comprovar que o desequilíbrio não era causado pelo Poder Executivo. O próprio pessoal técnico do Ministério da Fazenda parecia constrangido diante das chicanas. No Rio Grande do Sul, Yeda e seu Secretário da Fazenda eram cobrados pela demora nas negociações.

O pedido de aval mofou nas gavetas de Arno Augustin e depois, quando ele não conseguiu mais explicar o que ocorria, tudo zelou na Casa Civil. Outra gaúcha, a Ministra Dilma Rousseff, também sentou em cima do pedido. O objetivo de ambos era minar as ações do governo tucano do Rio Grande do Sul e debilitá-lo politicamente.

A Governadora gaúcha percebeu que seus esforços tinham esbarrado em barreiras aparentemente intransponíveis e por isso desenhou uma estratégia para escapar do cerco e levar adiante o que queria. Antes de mais nada, teria que trabalhar com o mesmo tipo de manha desenvolvido pelo Governo Federal, dando a impressão pública de que as negociações caminhavam bem. Ela não quis confrontar ninguém porque neste caso o aval

não caminharia, já que Arno Augustin e Dilma Rousseff retaliariam com justificativa. Apesar disto, Yeda Crusius também mordida, disparando críticas diretamente contra o Ministério da Fazenda. Yeda Crusius sempre evitou fazer restrições ditas ao Ministro Guido Mantega.

Estavam cada vez mais claros os sinais de que Augustin e Dilma Rousseff trabalhavam como agentes políticos de uma estratégia levada pelo PT para dentro do Governo Federal, destinada a minar os esforços do Governo Federal.

Foi a partir daí que Yeda Crusius procurou o Senador Pedro Simon, expôs em detalhes o que estava acontecendo e pediu ajuda. Simon costurou uma aliança com os outros dois Senadores, no caso Sérgio Zambiasi, do PTB, e Paulo Paim, do PT. O trio passou a atuar com sintonia fina. Simon batia na tribuna, enquanto Zambiasi e Paim, que eram da base do Governo Lula, trabalhavam nos bastidores. Enquanto Simon discursava, Zambiasi destrancava portas e liberava documentos. Paulo Paim monitorava as reações do PT, desestabilizando todas as tentativas de confrontação apenas política.

O Senador Paulo Paim foi o que mais correu riscos, porque justamente as maiores dificuldades partiram do PT do Rio Grande do Sul. O Partido Instrumentalizou o tempo todo a Secretaria do Tesouro Nacional e a Casa Civil, via Arno Augustin e Dilma Rousseff. Assim, a aliança de Paim com Simon e Zambiasi, e de uma certa forma com a própria Governadora Yeda Crusius, pareceu inaceitável dentro do Governo Federal e da própria direção nacional do PT.

O ponto mais alto dessas diferenças ocorreu no mês (ver o mês), quando o pedido de aval já tinha saído da Secretaria do Tesouro Nacional e se encontrava na Casa Civil, pronto para ser enviado ao Senado. Era evidente que todas as portas tinham sido destrancadas e a Ministra Dilma Rousseff não tinha mais como evitar a remessa do pedido.

Isto significa que protocolado o pedido, o pleito dos gaúchos só poderia ser torpedeado dentro do próprio Senado.

Caberia ao líder do PT, Aloísio Mercadante, o mesmo mandante da quadrilha dos Aloprados, fazer novamente o jogo sujo.

Foi o que fez.

O Senador Aloísio Mercadante reuniu a bancada do PT e avisou que a partir dali o jogo seria com jogadas abaixo da linha da cintura:

- O troço dos gaúchos, lá do Rio Grande do Sul, não pode sair. Alguém tem que embaralhar esse negócio. É só dizer que o Governo do Estado continua inadimplente. Temos que bloquear a votação.

Corria o mês de junho. O recesso legislativo de meio do ano estava as portas e com ele qualquer possibilidade de fechar o empréstimo de US\$ 1,1 bilhão, já que se encerraria o ano fiscal do Banco Mundial. O Senador Aloísio Mercadante sabia disso. Ele é economista, foi forte candidato ao cargo de Ministro da Fazenda de Lula e conhecia os regramentos para aprovação de empréstimos de grande monta no Banco Mundial. Um valor como o pleitado

pelo Governo do Rio Grande do Sul teria que passar pelo board do banco, porque só uma decisão conjunta de todos os Vice-Presidentes tem poderes para isso. Nas operações de valor superior a US\$ 500 milhões, a exigência é esta. A reunião, no entanto, só poderia sair depois da aprovação do Senado.

Os Senadores do PT não estavam entendendo direito o que queria Mercadante. Ainda com a palavra, alterado, quase aos berros, ele olhou para o Senador Paulo Paim e finalmente fez a proposta:

- Você tranca isso lá no Senado.

A resposta veio rápida, áspera e cortante:

- Não, eu não. Não posso fazer isso com o meu Estado.

Nem um só dos Senadores do PT moveu-se dos lugares em que estavam para apoiar Aloísio Mercadante, que não se deu por derrotado:

- Mas não podemos deixar isso passar.

No dia seguinte o Senador Paulo Paim abriu espaço no programa Atualidade, da Rádio Gaúcha, empresa do grupo RBS, o maior do Rio Grande do Sul, e deu sua versão sobre o que aconteceu. Logo em seguida recebeu um telefonema de Aloísio Mercadante. Os dois trocaram desaforos pelos celulares.

Vencidas todas as exigências feitas pelo Governo Federal, mesmo as que se relacionaram com o enquadramento às exigências do PAF, o pedido de aval foi enviado para o Senado, mas foi preciso, ainda, que o Senador Pedro Simon promovesse uma verdadeira greve ao contrário, exigindo que o documento saísse da Casa Civil. Acompanhado pelos Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, os dois também do Rio Grande do Sul, Pedro Simon permaneceu durante 10 horas sem parar na Tribuna, cobrando o envio do pedido de aval. A Ministra Dilma Rousseff tentou segurar o pedido em suas gavetas, mas acabou cedendo diante do escândalo parlamentar armado pelo Senador do PMDB, amplificado com a cobertura das rádios e TVs.

Foi heróico e histórico o esforço do Senador Pedro Simon no último dia de junho de 2008, também o último dia antes do recesso de meio de ano do Congresso. Poucos parlamentares permaneciam em Brasília. Os Senadores Zambiasi e Paulo Paim já tinham viajado para o Rio Grande do Sul. Apoiado pelo Governo do Estado, Simon avisou na Tribuna que não sairia dali sem que chegasse o pedido de aval retido na Casa Civil pela Ministra Dilma Rousseff. Ele fez o que prometeu, mas só conseguiu ir adiante durante 16 horas ininterruptas, porque contou com o apoio solitário de dois outros Senadores que se colocaram imediatamente ao lado dos interesses do Rio Grande do Sul. Com o plenário praticamente vazio, o Senador gaúcho subiu a Tribuna e começou a falar:

- Ministra Dilma Rousseff, manda logo este pedido.

Os incidentes no Senado entraram no Jornal da Globo, no horário do almoço e a partir daí foi uma bola de neve noticiosa.

O Governo começou a sangrar politicamente.

No final do dia, antes do Jornal Nacional, Dilma Rousseff deu-se por vencida e mandou o pedido para o Senado.

A partir dali seria tudo com o Banco Mundial. Reunido o board do Bird, a proposta do Governo do Rio Grande do Sul foi aprovada sem voto contrário.